



Dos Cadernos ao neobismarckismo: o primeiro momento de Hélio Jaguaribe

Hélio Jaguaribe's first moment: from ISEB to Neo-Bismarckism

Fernanda Xavier da Silva*

Resumo

O presente artigo procura analisar o primeiro momento da obra de Hélio Jaguaribe: momento que assinala o surgimento, a maturação, e posterior consolidação do projeto desenvolvimentista no governo JK. A nosso ver, a busca pelo desenvolvimento é central, móvel mesmo do pensamento do autor. Isso não significa, porém, que suas ideias não passem por alterações. Mudam suas fontes teóricas, mudam os problemas, mudam os desafios postos pelo contexto, conseqüentemente, muda também a concepção de desenvolvimento do autor. Sob uma perspectiva genética e cronológica, o presente artigo examina os principais temas, problemas, ideias de Hélio Jaguaribe, como eles foram elaborados e modificados *pari passu* às transformações experimentadas por seu contexto específico.

Palavras-chave: Pensamento social brasileiro; Desenvolvimentismo; Hélio Jaguaribe.

Abstract

This article seeks to analyze the first period of Hélio Jaguaribe's work: moment that marks the advent, maturation, and subsequent consolidation of the developmentalist project in Juscelino Kubitschek's government (1956-1961). The search for economic development is a central feature in author's thinking. This does not mean, however, that his ideas do not change. His theoretical sources change, the problems change, the challenges posed by the context change, so the author's conception of development also changes. In this way, from a genetic and chronological perspective, this article examines the main themes, problems, and ideas of Hélio Jaguaribe, and how they were elaborated and modified throughout the transformations of different particular contexts.

Keywords: Brazilian social thought; Developmentalism; Hélio Jaguaribe.

* Doutora em Sociologia Unicamp. Estágio de pós-doutorado Unifei, MG, Brasil.
<https://orcid.org/0000-0002-7021-1319>. E-mail: fernanda.xav@hotmail.com

Recebido em 6 de abril de 2020. Aceito em 8 de junho de 2020. – <http://dx.doi.org/10.51861/ded.dmv.003>

INTRODUÇÃO

Ao longo de seus noventa e cinco anos de vida Hélio Jaguaribe publicou cerca de quarenta livros e diversos artigos sobre os mais variados assuntos. O próprio autor dividiu sua atividade intelectual em seis diferentes áreas: 1) trabalhos teóricos no plano da Ciência Política e da Sociologia; 2) estudos no campo de Relações Internacionais; 3) trabalhos sobre América Latina; 4) estudos filosóficos; 5) trabalhos relacionados com o desenvolvimento; e 6) estudos histórico-sociológicos (JAGUARIBE, 2000). Isto posto é inviável propor uma análise do conjunto da obra, como também impropriedade. Na medida em que as ideias tendem a responder aos desafios colocados pelo contexto específico, é evidente que o que Hélio Jaguaribe escreveu em 1950 é bastante diferente do que escreveu quer durante o período da ditadura, quer nos anos 1990 ou 2000. Frente a isso, analisamos aqui somente aquilo que, segundo Bresser-Pereira, designa o primeiro momento desta produção: momento que assinala o surgimento, a maturação, e posterior consolidação do projeto desenvolvimentista no governo JK, “quando a industrialização era o grande desafio do país” (BRESSER-PERIERA, 2000, p. 237)¹.

A nosso ver, já no primeiro trabalho de Hélio Jaguaribe encontramos o cerne da obra, aqui analisada: o Brasil vivencia uma conjuntura de crise, cuja resolução passa pela elaboração de uma nova ideologia em sentido ao desenvolvimento. A busca pelo desenvolvimento não apenas perpassa toda sua obra, como é o principal móvel de suas ideias. Isso não significa dizer que suas ideias não mudem, ou que sua concepção de desenvolvimento permaneça sempre a mesma. Mudam suas fontes teóricas, mudam seus problemas, mudam os desafios postos pelo contexto. Compreender as transformações experimentadas em seu pensamento, como as causas, tipos, concepção de crise e de desenvolvimento mudam ao longo do tempo, resultado quer da própria maturação de suas ideias, quer dos diferentes desafios experimentados, é o objetivo do presente artigo. Apreciamos, pois, esse primeiro momento do autor, todos os livros e artigos publicados entre 1950 e 1964, sob uma perspectiva genética e cronológica. Isto implica estudar a obra, as ideias do autor enquanto um processo, algo em movimento, “objeto de disputas cognitivas e políticas” em um dado ambiente histórico-sociológico, jamais como realidade ontológica estável (BITTENCOURT, 2011, p. 11).

O PRIMEIRO MOMENTO DE HÉLIO JAGUARIBE:

Em primeiro lugar, é importante termos em mente as referências teóricas de Hélio Jaguaribe antes de passarmos à análise de seu discurso. Nos três

artigos publicados na *Revista Brasileira de Filosofia* (1951 - *Que é filosofia?*; 1952 - uma resenha do livro de Karl Jasper intitulada *Origem e meta história*; e 1954 - *A crise da universidade*) e no texto *A Filosofia no Brasil*, originalmente publicado no *Jornal do Comércio* em 1952, Jaguaribe realiza um debate teórico a respeito dos temas em questão. Destaca aí a “falta de originalidade e de autenticidade da filosofia brasileira”, que se faria sentir, na transplantação de fórmulas e doutrinas independentemente “das relações dialéticas entre as estruturas econômica, social e cultural e normas de poder” do país (JAGUARIBE, 1957a, p. 20). Retoma um debate de longa tradição no pensamento social brasileiro que aponta para a inautenticidade das ideias e instituições nacionais. Embora tais obras se situem em um plano mais filosófico, já aí Jaguaribe deixa entrever o conteúdo mais prático de seu pensamento: procura a todo o momento, influenciar os rumos dos acontecimentos, “superar a crise não só brasileira, mas ocidental” (TOLEDO, 1982, p. 97).

Segundo Vanilda Paiva, isso reflete a forte influência das ideias de Ortega y Gasset sobre o autor. Ao pressupor a crise brasileira como uma crise da cultura – não oferece mais “ideias e instrumentos adequados à interpretação da realidade transformada”, levando ao “surgimento de brechas, falhas entre a cultura ambiente e o mundo que se transforma”, – Jaguaribe, mais do que qualquer outro isebiano², analisa a circunstância brasileira sob a mesma chave consagrada por Ortega: “a civilização dominada pela técnica e a ascensão das massas, sua rebelião” (PAIVA, 1980, p. 34). Para Paiva, os primeiros trabalhos de Jaguaribe consagram um esforço intelectual no sentido de interpretar a “realidade transformada para, através dela, recompor as brechas abertas pela mudança” (PAIVA, 1980, p. 35).

Embora, mais a frente, a autora entenda que ao procurar diagnosticar a crise brasileira Jaguaribe tenha abandonado o plano da especulação, o vitalismo orteguiano em favor de uma postura mais ativa, militante - passaria do “culturalismo especulativo ao culturalismo militante, da filosofia à ciência política, das preocupações com o indivíduo à preocupação com a realidade econômica” (PAIVA, 1980, p. 37) - Celso Lafer lembra bem que na concepção de Ortega “o intelectual deve ter um papel diretivo e de renovação da sociedade”. Daí Jaguaribe atribuir-se da missão de vertebrar o Brasil, procurar “promover e incrementar a racionalidade pública”, buscando converter a “moeda da cultura em moeda da influência”, à imagem de Ortega (LAFER, 2000, p. 80).

É importante notar que aos conceitos de época, fase, estrutura-tipo (da matriz orteguiana), somam-se, no pensamento autor, a ideia de ajustamento faseológico das nossas ideias e crenças, os conceitos de representatividade e

de autenticidade. Clara influência de Pareto, de Max Weber, Alfred Weber e sobretudo de Karl Mannheim³. São esses autores que fornecem a Jaguaribe as bases sobre as quais apoia o nacional desenvolvimentismo; “ideologia que favorecia a transformação e o progresso” fundamental para “sedimentar a nova fase”, superar a crise do nosso tempo (PAIVA, 1980, p. 40).

A crise do nosso tempo e do Brasil

Já na *Apresentação* do primeiro número da revista *Cadernos do Nosso Tempo*⁴, Hélio Jaguaribe caracteriza sua época (anos 1950) como uma época problemática, uma época de crise. Resultado da “perda de validade ou vigência das crenças” que pautavam a conduta das épocas precedentes, da instabilidade da vida, “sujeita a crises econômicas e sociais que se superpõem”, da alienação causada pela “massificação e proletarização” e da “precariedade das coisas, sob o risco iminente da aniquilação atômica”, entende que o próprio viver tornou-se um problema (JAGUARIBE, 1953a, p. 02). É, porém, no texto *A crise do nosso tempo e do Brasil* que tal questão se encontra melhor matizada.

Segundo Jaguaribe, o problema do seu tempo é resultado da conjunção de duas crises. De um lado há a crise das crenças, quando o cristianismo, apesar de se manter como essência da religião e cultura ocidentais, “não consegue mais ordenar coerente e sistematicamente nossas crenças e nossos valores”, haja vista a ascensão do racionalismo e do marxismo (JAGUARIBE, 1954a, p. 06). De outro lado, verifica-se uma crise das ideologias resultado do colapso tanto da liberal-democracia, como do socialismo⁵. No que concerne ao Brasil, para o autor, o problema reside justamente em sentir tais crises sob a forma particular que as condições do país imprimem. Ou seja, sem apresentar um contexto semelhante ao qual essas crises derivaram. Isso apontaria, pois, para “o desajustamento e o descompasso entre nossas instituições e nossa realidade e entre nossas posições ideológicas e nossas verdadeiras instituições” (JAGUARIBE, 1954a, p. 11).

Conforme o autor, a alienação colonialista brasileira – expressão do retardamento cultural e econômico do país – faz com que consideremos os problemas nacionais “segundo a perspectiva dos interesses alienígenas”, quando devíamos fazê-lo “a partir da realidade brasileira, da posição do Brasil na América Latina e desta no mundo” (JAGUARIBE, 1953a, p. 2). Entende que é preciso compreendermos concretamente a realidade, para “fundamentar uma ação autêntica, apoiada na interpretação das possibilidades e das necessidades do homem brasileiro, nas condições de lugar e tempo” (JAGUARIBE, 1953a: p. 2). Isso explica a inscrição contida na contracapa

dos cinco números da revista: *os problemas do nosso tempo na perspectiva do Brasil; os problemas do Brasil na perspectiva do nosso tempo*.

Segundo Jaguaribe, *A crise brasileira* apresenta dois planos de profundidade, o estrutural e o conjuntural, e quatro aspectos básicos: econômico, social, cultural e político (JAGUARIBE, 1953b). A crise econômica é resultado do fato de o Brasil ter ultrapassado o nível de tolerância do processo de subdesenvolvimento. Isto é, por termos uma economia pautada na monocultura de exportação, e dependermos crescentemente de certas matérias primas e de maquinaria, nosso saldo do balanço de pagamentos tornou-se insuficiente ante as atuais exigências de importação. Acrescentando a isso o alto custo da produção nacional – fruto da dependência da importação, baixa racionalização da produção, e/ou da insuficiência da infraestrutura nacional, – a baixa acumulação de capital e a baixa formação de tecnologia, eis que a economia brasileira se tornou incapaz de atender a demanda interna⁶.

Tal configuração, por sua vez, acabou por gerar novos fenômenos de subdesenvolvimento expressos na desproporção crescente entre a renda dos assalariados e dos proprietários e entre as diferentes regiões do país. Intensificados por um contexto de inflação, dada a imoderada expansão do crédito, formou-se nacionalmente uma conjuntura de escassez-carestia quer por efeito deliberado – resultado do monopólio ou oligopólio de alguns setores tal como o de transporte, – quer involuntariamente – produto da insuficiência de bens e serviços, de transporte e armazenamento ou da concentração tanto da demanda, como da concorrência (JAGUARIBE, 1953b, p. 121).

Já a crise social consiste na transformação da tensão entre as classes num antagonismo irreduzível resultado do baixo índice de renovação das elites dirigentes, acompanhado da pressão ascendente das camadas populares e da decadência do capitalismo. Conforme o autor, as transformações pelas quais o país passou ao longo de sua história significaram o solapamento das bases em que se assentavam o domínio da burguesia latifundiária e da classe média, impelindo à participação das massas no processo econômico e político. Todavia, com base em uma prática demagógico-assistencialista responsável por uma série de promessas ao proletariado, tais classes conseguiram asseverar a manutenção da política de clientela⁷ e do regime agroexportador. Como resultado, ampliou-se o antagonismo entre as massas e elites, cuja principal consequência foi tanto impedir a formação de um projeto de convivência das classes, como acentuar “os egoísmos de classe, o imediatismo oportunista dos indivíduos e as tendências dissociativas” (JAGUARIBE, 1953b, p.129).

No que tange ao aspecto cultural, para Jaguaribe, a crise consiste no agravamento da incultura nacional. Isso ocorre primeiramente dada a prática da

economia de exploração: por auferir seus proventos da simples plantação e/ou do comércio, a burguesia latifundiária e urbana não precisou “aprimorar técnicas complexas para assegurar sua subsistência”, atenuando assim as provocações do meio rural responsáveis pela formação da cultura (JAGUARIBE, 1953b, p. 130). Ao mesmo tempo, ao parasitar em torno do Estado, a classe média não foi levada a desenvolver modernos mecanismos administrativos. Somando a isso as características da colonização portuguesa – não apenas impediu o florescimento de uma cultura nacional, como por não ter sido atingida pela Reforma não forjou novos instrumentos mentais para compreender o mundo moderno, – o Brasil mostra-se culturalmente despreparado para enfrentar a crise do seu tempo. Conforme Jaguaribe: nosso pensamento não dispõe de categorias “para equacionar a problemática filosófica e sociológica do mundo contemporâneo”, e carece de conhecimento técnico e administrativo para enfrentar as tarefas da vida econômico-social (JAGUARIBE, 1953b, p. 130).

Por fim, segundo o autor, a crise política “exprime as dificuldades e desorientação” indicada nos itens precedentes: assinala o colapso do sistema cartorial⁸ praticado desde o Império. Para Jaguaribe, a expansão dos fatores de produção, quando das duas guerras mundiais, significou o aumento da demanda por serviços públicos efetivos; demanda incompatível com a estrutura do Estado Cartorial. Somando a isso ofato de que, no plano das relações internacionais, os Estados passaram crescentemente a intervir em favor de seus interesses econômicos, faltava ao Estado brasileiro a estrutura necessária para tal, tornando-o “presa dos Estados que programam e executam coerentemente uma tal política” (JAGUARIBE, 1953b, p. 143). Isto se revela ainda mais grave, pois se trata de um contexto de formação de uma hegemonia mundial cuja principal tendência é a do “Estado vencedor exercer uma política de economia de exploração em relação aos demais países, tanto mais acentuadamente quanto menor for a capacidade de resistência de cada país” (JAGUARIBE, 1953b, p. 144).

Tal interpretação é um retrato da conjuntura brasileira da época em que o autor escreve. Período marcado pela perda de poder por parte das oligarquias e crescimento de novas classes sociais, sobretudo do operariado urbano que passa a exigir melhores condições de vida e trabalho, sem dispor, porém, de canais regulares de representação política. Período em que o processo de industrialização se desenvolve de forma mais acentuada que nos anos 1920, mas ainda é obstado pelo déficit no balanço de pagamentos, inflação ou mesmo pela migração do campo-cidade que passa a pressionar o mercado. Coloca, pois, em pauta a necessidade de reformar o Estado tanto para integrar essas novas classes, ampliar a oferta serviços públicos, como

para construir um caminho para o desenvolvimento do país controlando o avanço da política populista bem como as ameaças golpistas.

Que rumo tomar? Tal resposta deixa entrever os diferentes contextos em que o autor escreve. Expressa a perspectiva do Brasil, então extremamente mutante.

A perspectiva do Brasil

Segundo o autor, tendo em vista que um dos maiores problemas de sua época consiste no esgotamento das crenças que presidiram nossa formação, a solução à crise nacional comportaria dois aspectos distintos: de um lado, “o repertório de providências suscetíveis de corrigir as mais graves deficiências de que se ressentia o país”, de outro lado, “a ideologia de que esse programa seja um corolário e a cujos princípios esteja vinculado” (JAGUARIBE, 1953b, p. 138). Com relação ao primeiro aspecto, seu diagnóstico é mais ou menos perene ao longo de sua obra.

No plano econômico: “a) regulamentação das aplicações, da renda nacional, destinada a ensinar a máxima capacidade de investimento; b) rigoroso controle de intercâmbio internacional, visando a aumentar as exportações, reduzir as importações e selecionar a utilização de divisas; c) reaparelhamento geral, segundo escalas de prioridade por atividade econômica e por regiões; d) racionalização e tecnificação da produção”.

No plano social: “a) liquidação dos privilégios hereditários e das formações fechadas de classe; b) promoção da circulação de elites, visando a criar quadros dirigentes dotados de efetiva representatividade e exemplaridade; c) formação de um movimento social apoiado numa ideologia e assentado por uma programática aptos a suscitar confiança no futuro e anseio pela realização dos objetivos prefixados”.

No plano cultural: “a) criação da cultura brasileira, com a incorporação do patrimônio espiritual do ocidente e a formação de uma compreensão viva da realidade nacional; b) desenvolvimento de uma ação tendente a retirar o máximo de rendimento da crise como fator estimulante da cultura; c) reforma da educação, tornando-a compulsória e geral, orientada para a compreensão e o domínio de nossas circunstâncias e apta a exercer uma ampla seleção de valores; d) imediata criação de um amplo quadro de técnicos e de administradores”.

No plano político: “a) liquidação do Estado Cartorial e do parasitismo burocrático e instituição do Estado-serviço e da administração produtiva e eficaz; b) instauração de uma política interna calcada num planejamento geral da ação do Estado em todos os planos da vida nacional; c) instauração de uma política externa calcada na objetiva compreensão dos interesses do Brasil na órbita internacional; d) urgente atendimento dos mais imperativos interesses do país sujeitos à pressão direta ou indireta de outros Estados”. (JAGUARIBE, 1953b, p. 138 a 141).

A mesma constância não se verifica no que concerne à ideologia capaz de “atender as solicitações específicas para integrar, num sistema de crenças e ideias, a programática exigida pelos referidos problemas” (JAGUARIBE, 1953b, p. 142). No texto de 1953 Jaguaribe entende que a ideologia “apta a integrar, num sistema conjunto, suscetível de eficácia histórica, as soluções requeridas pela problemática nacional” passaria pela desprivatização dos meios de produção - receita fortemente influenciada pelo contexto internacional de Guerra Fria, expressão da busca por uma política de terceira posição. Já nos textos seguintes, os rumos dos acontecimentos parecem levar o autor a pensar a situação brasileira não mais em relação ao quadro global, mas em função dos seus dilemas internos. A crise do governo Vargas (oposição UDN, movimento grevista organizado pelo PCB ainda na ilegalidade), bem como o nacionalismo deste – o que leva os EUA suspenderem a emissão de recursos para o Brasil entre 1954 e 1958, – faz com que seu foco passe da simples adoção de uma postura de terceira posição, à elaboração e adoção de uma ideologia nacional-desenvolvimentista (JAGUARIBE, 1953b: p. 149).

Já no segundo número de *Cadernos do Nosso Tempo*, no artigo sobre a *Situação política brasileira* Jaguaribe pressupõe como sua nota mais característica o enfraquecimento do poder civil. Conforme o autor, o Brasil vivencia uma forte crise política, resultado da crescente inadequação das instituições em relação à realidade nacional. Não se trataria apenas de uma crise do governo, mas uma crise das instituições oficiais e representativas da sociedade civil, que “carecem de sua presumida representatividade” (JAGUARIBE, 1954b, p.104).

No âmbito da governança, tal crise se assemelharia à crise de 1945, quando o governo tentou transferir, sem sucesso, sua base social para as classes trabalhadoras. Uma vez que estas ainda não tinham condições de arcar com tal responsabilidade, isto significou a perda de suas bases - “hostilizado pela classe mercantil”, o governo não soube conservar “o apoio da burguesia industrial e da classe média” e não logrou encontrar bases suficientes no proletariado (JAGUARIBE, 1954b, p. 110). Contribuiu para isso a crise da própria oposição que “não se mostra capaz de traçar rumos próprios, em substituição aos que critica”, a heterogeneidade econômico-social do país responsável pela fragmentação interna dos partidos (que, de fato, continuam regionais), e falta de sentido ideológico e programático dos mesmos. Daí que, segundo o autor, “ideológica e programaticamente, todos os nossos partidos são iguais, se confundem na mesma falta de ideias e orientação” (JAGUARIBE, 1954b, p. 111).

Somando isso à organização clientelística dos nossos partidos, eis que se institui nacionalmente um divórcio entre a dinâmica político-eleitoral e a econômico-social. Isto é, as forças ligadas ao meio rural “logram prevalecer na política partidária, imprimindo suas características e interesses” quando já são as classes urbanas as responsáveis pelo desenvolvimento do país (JAGUARIBE, 1954b, p. 118).

Conforme Jaguaribe, essas crises tendem a serem superadas apenas através da formação “de uma frente comum, econômica, social e política, que mobilize as forças e os interesses mais aptos a promover o desenvolvimento nacional” de modo a impor a prevalência desses interesses e dessas forças sobre “as forças e interesses comprometidos com o status quo e o subdesenvolvimento” (JAGUARIBE, 1954b, p. 117-118). Uma vez que, nesse contexto, nenhum partido representa ou pode representar essas forças, defende a formação de um movimento novo que “apoiado nessas forças e liderado por seus mais significativos representantes” possa levar a cabo o que considera um “grande esforço de salvação nacional” (JAGUARIBE, 1954b, p. 120).

Seguindo esta tônica – “agravamento da inautenticidade de nossas instituições políticas (...) quando apreciadas em função da dinâmica do processo econômico-social” Jaguaribe analisa os fatos e movimentos políticos característicos do período (o moralismo, o golpe de agosto e a sucessão presidencial de 1955⁹), repensando e aprofundando o debate sobre a crise brasileira (JAGUARIBE, 1954b, p. 117). Isso desemboca no artigo publicado na *Revista do Clube Militar* de 1955 em que o autor apresenta uma nova proposta para o Brasil.

Conforme o autor, estudar a *Situação atual do Brasil* exige que pensemos o “estado em que atualmente se encontra o processo histórico-social brasileiro mediante análise histórica sociológica do mesmo” (JAGUARIBE, 1955b, p. 05). Pressupondo o primeiro como resultado da interação de quatro ordens de fatores – os ideais (conjunto de crenças substantivas), os reais (condições materiais do meio físico), a liberdade e o ocaso (refere-se ao fato de determinado evento ter se verificado em certo lugar e de certo modo), – Jaguaribe avalia o processo social “em função de sua faseologia”. Ideia esta que passa, agora, a ser central em sua obra.

Termo cunhado por Guerreiro Ramos, consiste no reconhecimento de que “as comunidades pertencentes a um mesmo processo histórico global tendem a percorrer as fases determinadas pelo curso desse processo” (JAGUARIBE, 1955b, p. 5). Cada uma dessas fases, por sua vez, constitui uma estrutura-tipo de relações que orientam toda a vida da comunidade; segue leis gerais caracterizando uma estrutura econômico-social específica.

Nesse sentido, o entendimento da atual situação brasileira passa pela “compreensão da estrutura-tipo segundo a qual se ordena nossa comunidade”, acompanhada da compreensão da faseologia de suas origens (JAGUARIBE, 1955b, p. 7).

No que tange ao primeiro aspecto Jaguaribe pressupõe a estrutura-tipo do Brasil como “a de uma comunidade ainda marcada por características semicoloniais em estado de subdesenvolvimento econômico-social, mas em fase de acentuado desenvolvimento, ora obstado por determinados pontos de estrangulamento” (JAGUARIBE, 1955b, p. 7). Isso se faria sentir ante a estrutura de nosso comércio exterior – ainda dependente da exportação de um único produto primário e destinado a um só mercado importador – e nossa subcapitalização, que nos levaria a pensar a questão do subdesenvolvimento.

Caracterizando como subdesenvolvidas as economias que “por deficiências de seus fatores de produção” não disponham, por conta própria, “da possibilidade de dar aos seus fatores, em regime de pleno emprego, a máxima utilização permitida pela técnica existente”, o subdesenvolvimento se faria sentir aqui não por meio da estagnação, mas através de elevadas taxas de crescimento, porém ainda bastante tumultuário e heterogêneo – “com relação aos diversos setores da economia e às diversas regiões do país” – e enfrentando graves obstáculos (JAGUARIBE, 1955b, p. 8).

Isso nos remete à faseologia da situação brasileira. Conforme o autor, a história econômico-social do Brasil divide-se em três fases distintas:

(...) a primeira é a fase de economia de produção escravocrata e vai desde os primórdios da colonização até meados do século XIX. A segunda é a fase da economia semicolonial de exportação e vai de meados do século, a partir da abolição do tráfico de escravos e de sua progressiva substituição pelo trabalho assalariado, até a crise do café em 1930. A terceira fase é a fase de transição para a autonomia econômico-social do país que, iniciada em 1930 e acelerada com a II Guerra Mundial, prossegue até nossos dias (JAGUARIBE, 1955b, p. 9).

Enquanto na primeira fase o Brasil apareceria mais como uma parte descentralizada da Europa por sua produção de artigos para exportação, a segunda caracterizar-se-ia “pela formação da sociedade brasileira, sua diferenciação em classe e seu enriquecimento” (JAGUARIBE, 1955b, p. 9).

Conquanto dotado de vida e economia próprias, segundo Jaguaribe, o desenvolvimento do Brasil continua dependente da situação econômica mundial, já que é o café a base de nossa economia. Somente na terceira fase – impelido pelo contexto de crise econômica dos anos 1920, reforçado, posteriormente, pelo o conflito mundial – é que a indústria se torna a principal fonte de renda nacional. Ainda assim, na medida que a situação nacional

é marcada pela dilapidação dos saldos cambiais e pela posse de uma infraestrutura precária, somada ao contexto global de ausência de financiamento externo, configurar-se-ia a crise que vivenciávamos (JAGUARIBE, 1955b, p. 9).

Considerada à luz de seu processo formativo, a estrutura-tipo de que atualmente se reveste o processo econômico-social brasileiro representa o resultado de uma progressiva descolonização da nossa economia, cujo desenvolvimento se tornou possível na medida em que ela se transformava numa economia nacional. Considerada à luz de suas tendências, se revela insuscetível de perduração, marca uma fase logicamente transicional (JAGUARIBE, 1955b, p. 11).

Trata-se de uma estrutura em transição. Como tal, seu equilíbrio deve se estabelecer “mediante uma reorganização dessa estrutura-tipo” quer pelo nível mais alto, quer pelo mais baixo, a depender da ideologia que se sagrará vencedora (JAGUARIBE, 1955b, p. 11).

Conforme Jaguaribe, das quatro tendências ideológicas em disputa nacionalmente – correspondentes às classes latifúndio-mercantis, pequeno-burguesa, industrial e proletária, – a fórmula que representaria a transição para uma etapa mais avançada do processo faseológico era a encampada pelas classes industrial e operária. Reconhece, assim, como ideologia mais autêntica a ideologia do desenvolvimento econômico-social. É justamente neste ponto que o debate, até então um pouco dilatado, revela ser um debate meramente econômico.

Pressupondo que os problemas do Brasil são bastante simples porque “as questões mais importantes e urgentes são as que se referem à produção e à produtividade” e não à distribuição, Jaguaribe propõe pensar as medidas necessárias para consolidar finalmente a passagem do Brasil da fase semicolonial à fase de pleno desenvolvimento (JAGUARIBE, 1956b: 54). Conquanto esse raciocínio e base teórica permeiem todos seus demais trabalhos, entendemos ser possível dividir tal produção em três fases específicas: uma primeira marcada pelo debate econômico e, em menor medida, o político e cultural; uma segunda em que ganha força o debate acerca do nacionalismo; e uma terceira em que o autor retorna à temática do desenvolvimento econômico, porém munido de uma análise mais elaborada¹⁰.

As diferentes fases do primeiro momento de Hélio Jaguaribe

O debate econômico

Integram essa fase os textos *Para uma política nacional de desenvolvimento* (1956), *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional* (1956) e *Condições institucionais ao desenvolvimento* (1958). Textos que

apresentam preocupações de ordem social e política, mas têm a questão econômica como central; é ela que orienta o debate. Retomando o raciocínio já apresentado – conhecer o Brasil exige que estudemos “o processo político brasileiro em face e em função da atual estrutura-tipo do Brasil”, e ao mesmo tempo levemos em conta “o processo faseológico dessa estrutura”, – Jaguaribe procura pensar as medidas necessárias para “promover o crescimento de nossa economia sem que ela seja destruída pelos desequilíbrios que tal crescimento ocasiona” (JAGUARIBE, 1956b, p. 89).

De acordo com o autor, “os desequilíbrios estruturais” que a economia brasileira experimenta, “em consequência mesmo de seu crescimento”, só podem ser “superados com a definitiva transformação da atual estrutura-tipo”; isto é, consolidando o desenvolvimento (JAGUARIBE, 1956b, p. 90). Para tal, faz-se necessário reequilibrar a balança comercial, aumentando as exportações ao passo que se substituem as importações, expandir a infraestrutura de modo a atender a demanda interna por transporte e energia. Uma vez que isso requer grande volume de capital, item em falta nacional e internacionalmente, faz-se mister uma “intervenção planejadora do Estado” que, direta ou indiretamente, “organize a economia, estimule ou desestime determinadas atividades, coordene fatores, discipline os investimentos e assuma, promocional ou supletivamente, certos encargos produtivos” (JAGUARIBE, 1956b, p. 94). Isto, por sua vez, demanda certas condições institucionais. Sugere, pela primeira vez, a ideia de que o desenvolvimento é um processo social global.

Conforme o autor, “o fenômeno do desenvolvimento econômico é um aspecto particular do fenômeno do crescimento econômico”. Envolve não apenas a acumulação quantitativa das riquezas, mas também a transformação qualitativa do processo econômico, por vincular-se ao “aproveitamento ótimo e crescente das possibilidades tecnológicas” na utilização dos recursos disponíveis (JAGUARIBE, 1958, p. 37). É um processo que ocorre no âmbito das relações econômicas, mas não está a ele limitado; tanto as mudanças na estrutura produtiva ocorrem a partir de condições mais amplas, tais como crenças e hábitos de uma comunidade, como ao se processarem, no plano econômico ou em qualquer outro, provocam igual efeito nas outras áreas da vida social. Daí que o planejamento democrático da economia, tendência da economia do seu tempo, é “insuscetível de aplicação e de realização se não estiver enquadrado em um contexto que propicie a sua execução” (JAGUARIBE, 1958, p. 48).

Se no âmbito do diagnóstico o autor pensa (ou diz pensar) em termos globais, o mesmo não se verifica no que concerne ao seu prognóstico. Conforme o autor, “se considerarmos mais profundamente as relações entre o

Estado e a economia, e “atentando ao fato de que, dado certo prazo, todo processo econômico tende a criar as instituições necessárias para discipliná-lo”, a melhor (e talvez a única) saída para superar os quatro planos da crise nacional, sobretudo o Estado Cartorial e a política de clientela é o *desenvolvimento* (JAGUARIBE, 1958, p. 29). Segundo Jaguaribe, a criação das condições capazes de transformar “o antigo quadro do semicolonialismo do subdesenvolvimento” tende a alterar a estrutura estatal que ainda subsiste, impedindo assim que “as relações entre o homem público e o seu eleitorado” continuem a se processar com base em relações de barganha clientelística (JAGUARIBE, 1958, p. 30). Retoma as crises econômica, cultural, social e política já apresentadas, com pequenas mudanças.

Enquanto a crise social - agora expressa na manutenção de uma estrutura de privilégios de classe - e a crise cultural - manifesta na alienação cultural e, seu correspondente oposto, o nativismo primário - perdem em importância e profundidade, a crise política ganha. Pensada agora em termos da manutenção do clientelismo e cartorialismo (antes característicos da crise social), estabelece “um intervalo entre o processo econômico e o processo político” que suscita um “intervalo igualmente grave entre a estrutura do Estado Cartorial e sua efetiva capacidade de operação e as necessidades crescentes de verdadeiro serviço público” (JAGUARIBE, 1958, p. 27).

“Monstruosa deformação do serviço público”, entre os anos de 1850 e 1930 expressou a “coincidência entre as forças que dominavam o processo econômico brasileiro e as que dirigiam politicamente o país” - permite a inserção da classe média via Estado Cartorial, ao passo que assegura a manutenção não apenas os privilégios da classe latifundiária, mas também o regime de produção primária, a rentabilidade e a funcionalidade de suas empresas. (JAGUARIBE, 1958, p. 23). Todavia, nos anos 50, pela sua própria eficácia, tal modelo é conduzido à contradição: ao garantir emprego à classe média marginalizada, cria condições necessárias à formação de um mercado interno favorecendo o desenvolvimento econômico (JAGUARIBE, 1958, p. 24). Destroí, pois, suas próprias bases de sustentação, entrando em crise.

Nesse sentido, para Jaguaribe, o problema com que se defronta o Brasil é o de encontrar a fórmula capaz de superar as forças estáticas (as classes tradicionais, sobretudo a elite agrário-exportadora) e reajustar o Estado às forças dinâmicas (burguesia industrial e proletariado) que conduzem o processo social. O que nos falta, pois é alargar a propaganda do desenvolvimento, mostrando às grandes massas “a dependência que existe entre o processo econômico e a elevação do seu nível de vida” (JAGUARIBE, 1958, p. 49).

Uma vez que, para o autor, existe uma correspondência entre os interesses situacionais de classe - as demandas do proletariado, da burguesia

industrial, do camponês e da classe média estão contempladas no desenvolvimento econômico, – falta apenas promover a mobilização ideológica da sociedade:

O problema que se apresenta, pois, para que se possa desencadear a ideologia do desenvolvimento e em torno dela reorganizar o aparelho do Estado e convertê-lo em Estado funcional, apto a planejar e a executar o planejamento econômico requerido pelas necessidades do país, é essencialmente, um problema de educação e de organização ideológica (...). É, portanto, por meio de um esforço ideológico e da organização de núcleos de coordenação e de esclarecimento sociais que (...) se poderá construir a grande unidade nacional para o desenvolvimento, formando-se correntes de ideias e interesses (...) suficientemente poderosos para transformar, no sentido do desenvolvimento, as condições institucionais do nosso país (JAGUARIBE, 1958, p. 53).

É perceptível que, não obstante tocar em questões de ordem política e social, o fim primeiro e último do autor é o desenvolvimento econômico. Em *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*, texto de caráter mais econômico, porque voltado à Federação das Indústrias de São Paulo, tal ideia fica ainda mais clara.

Conforme Jaguaribe, a substituição do Estado Cartorial por um Estado funcional é indispensável, posto que a promoção do desenvolvimento nacional exige “uma intervenção ordenadora e promocional do Estado apta a distribuir mais eficazmente os fatores disponíveis”, função incompatível com o modelo estatal vigente. A demanda pela mobilização ideológica da sociedade, por sua vez, visa assegurar o apelo popular necessário para que as *policies*, elaboradas pela burguesia industrial para a solução dos problemas brasileiros, “encontrem o suporte das grandes massas e possam ser convertidas em ação administrativa corrente” (JAGUARIBE, 1956a, p. 45). Por fim a burguesia industrial desponta como portadora da missão de promover o desenvolvimento (“se encontra na vanguarda do processo de industrialização do país”), deixando assim claro de que é o desenvolvimento econômico, mais que questões de ordem política ou sociais seu principal mote (JAGUARIBE, 1956a, p. 60).

O debate nacionalista

Debate presente no livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, tem o propósito de esclarecer o dilema do nacionalismo brasileiro (“ou alcança uma formulação mais consistente e suficientemente ou malogra desaparecendo a condição mesma do povo brasileiro realizar uma história nacional”) em favor da adoção de políticas racionais e eficientes (JAGUARIBE, 1958b, p. 14). Conforme o autor, o surto de desenvolvimento processado a partir da

Primeira Guerra Mundial, e acelerado com a depressão de 1929 e a Segunda Guerra Mundial, fez o país voltar-se a si mesmo, passando a produzir para o mercado interno. Como resultado, tornou-se necessário a integração do país como um todo, do que resultou novos movimentos nacionalistas.

Nascidos “fragmentária e descontinuamente, em função das áreas de integração constituídas pelo desenvolvimento econômico-social”¹¹, segundo Jaguaribe, estão diretamente ligados à crescente importância que adquiriram no país as forças ligadas ao desenvolvimento econômico - “aspiram a um dirigismo racional, que favoreça a industrialização, por meio de medidas protecionistas e de processos de transferência de renda” (JAGUARIBE, 1958b, p. 33). Compreendendo grupos que acusam “os mais elementares e os mais elaborados níveis de mentalidade e cultura” – burguesia industrial, proletariado, quadros técnicos e administrativos e a *intelligentsia* da classe média, – partilham da “convicção de que o país se transforma e se desenvolve a uma taxa extremamente favorável e dispõe de condições para se tornar rapidamente uma grande nação”. Trata-se, pois de uma outra orientação nacionalista, não xenófoba, que visa acelerar e racionalizar o processo de desenvolvimento (JAGUARIBE, 1958b, p. 36).

Retomando o debate acerca dos pontos que estrangulam o desenvolvimento brasileiro, Jaguaribe é taxativo: “as contradições que embaraçam o desenvolvimento no Brasil encontram-se na forma pela qual se entende ou pratica o nacionalismo, e não nas tendências gerais que o determinam e nos fins gerais a que propende” (JAGUARIBE, 1958b, 48). Introduce aí polêmica tese que pressupõe o nacionalismo como “um meio para se atingir um fim: o desenvolvimento”¹² (JAGUARIBE, 1958b, p. 14).

Segundo Jaguaribe, o que torna uma política nacionalista não é “o fato de serem nacionais os agentes ou recursos empregados”, mas por representar a forma capaz de “assegurar a mais eficiente exploração” e produção de determinado bem, estar integrado com os problemas globais da nacionalidade e por ser capaz de transformar nossas estruturas tradicionais (JAGUARIBE, 1958b, p. 53). Advoga aí “uma atuação cultural e política que reajuste o movimento nacionalista aos imperativos do desenvolvimento, fim imediato que o suscita e orienta” (JAGUARIBE, 1958b, p. 48).

Superando a visão mecânico-formal em favor de uma perspectiva histórico-dialética, o autor reconhece como modelo econômico conveniente para o país:

(...) aquele que tire o máximo partido da especialização do país, no quadro da divisão internacional do trabalho, compatível com o máximo incremento de sua produtividade, mediante a mais acelerada possível transformação de sua estrutura econômico-social e a mais alta taxa possível de acumulação capitalista (JAGUARIBE, 1958b, p. 61).

Para Jaguaribe, tal modelo possibilita o “reaparelhamento, reorganização e expansão dos bens e serviços de infraestrutura, a racionalização da agricultura, a industrialização acelerada”, visando à substituição de importações e à expansão da indústria de base (JAGUARIBE, 1958b, p. 61). Estas, por sua vez, só podem ser alcançadas nas seguintes condições:

- a) utilização ótima da capacidade de exportar por meio de um câmbio realista, da ampliação dos mercados e do melhoramento dos produtos; b) seleção das importações em função de sua essencialidade, mediante um sistema tarifário apropriado, que se apoie em um sistema de ágios cambiais; c) máximo aproveitamento dos recursos naturais existentes, até o limite de sua marginalidade, fixado em função da oferta internacional e de nossa capacidade de importar; d) máxima compressão do consumo, particularmente do conspícuo, mediante uma política realista de salários e tarifas e de uma adequada política fiscal; e) ótima utilização da capacidade nacional de investimento, inclusive do capital estrangeiro que possa ser absorvido pelo país, e máximo incremento de nossa taxa de acumulação de capital, mediante política fiscal e creditícia global (JAGUARIBE, 1958b, p. 62).

Conquanto reafirme o caráter global do desenvolvimento, o exposto reflete um debate essencialmente econômico. Questões políticas e sociais antes presentes em seu raciocínio são abandonadas em favor de um confronto entre nacionalismo e cosmopolitismo, em termos puramente econômicos. Provável reflexo da política econômica adotada pelo governo¹³ e do contexto de calma advindo com a posse de Juscelino Kubitschek.

Por um desenvolvimento neobismarckiano¹⁴

Essa terceira fase da produção de Jaguaribe é marcada pela transferência do foco de sua análise da questão do nacionalismo para um debate mais geral e melhor aquilatado sobre o desenvolvimento. Enquanto seus textos anteriores são cercados de um tom bastante panfletário, o livro *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político* traz uma abordagem teórica do tema. Partindo da definição do que é desenvolvimento, passando pelos modos e condições à sua realização, o autor termina apresentando qual caminho, qual modelo de desenvolvimento a ser implantado no Brasil.

Segundo Jaguaribe, além de global, o desenvolvimento é um processo histórico-social que caminha para sua crescente racionalização. Uma vez que as condições sobre as quais se processaram o desenvolvimento da Inglaterra e dos Estados Unidos são “historicamente quase irrepetíveis”, a ideia de desenvolvimento espontâneo perdeu seu “caráter de necessidade lógica” tornando necessário o recurso da programação econômica (JAGUARIBE, 1968, p. 17).

Entende-se por programação econômica, no sentido amplo do termo, a técnica de provocar a ocorrência de determinado resultado mediante uma intervenção deliberada no processo econômico, fundada no conceito racional deste e orientada de conformidade com um plano. Em sentido mais restrito entende-se por programação econômica a política econômica, em geral do Estado, que vise a obter determinados resultados através da aplicação de planos apropriados (JAGUARIBE, 1968, p. 23).

Conforme o autor, “toda programação se realiza em duas etapas: a da preparação dos planos” - envolve a análise da situação, a escolha dos objetivos a alcançar e a determinação dos meios a serem utilizados - “e a de sua execução” - abrange a implantação e operação de novos mecanismos legais e administrativos (JAGUARIBE, 1968, p. 25). Ainda que óbvias, para ele “tais etapas se revestem da maior importância para a determinação das condições de eficácia de uma programação”. Faz então uma longa análise das condições à validade e vigência do plano antes de pôr-se a pensar seu problema central: quais “as condições políticas de possibilidade da programação do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, notadamente dos latino-americanos”? (JAGUARIBE, 1968, p. 43).

Em primeiro lugar, tendo em vista que a forma de associação mais apropriada para o desenvolvimento de uma comunidade é a do Estado Nação, para Jaguaribe, impõem-se duas sérias consequências à programação do desenvolvimento (JAGUARIBE, 1968, p. 49). De um lado, “se torna cada vez mais inviável a promoção do desenvolvimento das pequenas nações subdesenvolvidas”, resultado de seu território exíguo somado à escassez de recursos naturais e ausência de mercado interno (JAGUARIBE, 1968, p. 50). De outro, “o desenvolvimento das grandes nações subdesenvolvidas tende a provocar a contradição com as condições políticas e os requisitos econômicos para tal” (JAGUARIBE, 1968, p. 50). Ou melhor, há uma oposição entre a demanda por capital, que exige empréstimos externos, e a necessidade de afirmação nacional.

Se, para Jaguaribe, tal contradição pode ser resolvida a partir de um ajustamento de seu regime econômico “ao imperativo da preservação da autonomia nacional e na inflexível adoção de um sistema de poupança, de investimento e de produção que assegure a máxima taxa de desenvolvimento suportável pela comunidade”, à primeira questão ele parece não enxergar saída (JAGUARIBE, 1968, p. 55). Por não serem capazes de formar um parque industrial, entende que são poucas as chances das pequenas nações romperem com a dependência em que se encontram das nações desenvolvidas. Permanecem, assim, como exportadoras de produtos primários e sofrem, por consequência, com o nacionalismo alheio.

Ademais, Jaguaribe entende que os países subdesenvolvidos vivenciam uma crise social por efeito demonstração dos benefícios auferidos pelos países desenvolvidos com o *welfare state* e não por sua inviabilidade enquanto nação independente. Ou seja, embora suas condições reais sejam distintas das dos países atualmente desenvolvidos, suas condições ideais são as mesmas, porque presentes à mesma época. Isto posto, as massas dos países subdesenvolvidos aspiram aos benefícios do *welfare state* e desejam repartir as vantagens de um aumento de produtividade, embora ele ainda esteja em seu início. Como consequência, dá-se uma inversão do processo: “os benefícios do aumento da produtividade são repartidos por antecipação” privando os países subdesenvolvidos “de capacidade de investimento, mantendo-os, com isso na estagnação, ou “hipotecando-os ao investimento estrangeiro” (JAGUARIBE, 1968, p. 64).

Conforme o autor, a única forma de conter tais inconvenientes exige “viabilizar a contabilidade social e em face dela conduzir a comunidade a optar por certa taxa de consumo e poupança, rateando-se aquela e esta entre os estratos da sociedade” (JAGUARIBE, 1968, p. 67). Tal operação é, porém, controversa na medida em que há uma “propensão dos estratos inferiores da sociedade a melhorar seu regime de participação, em detrimento dos superiores e destes a manter e ampliar suas vantagens a expensas dos inferiores” (JAGUARIBE, 1968, p. 67). Para Jaguaribe, é justamente neste ponto que o debate se torna um debate político.

Quais caminhos ou modelos estão à disposição dos países subdesenvolvidos para atacarem a crise social e promoverem eficientemente seu desenvolvimento? O autor elenca três: o bismarckismo ou neobismarckismo, o capitalismo de Estado e o socialismo, relacionados “respectivamente, à predominância política da burguesia, das classes médias e à ocorrência de um conjunto especial de circunstâncias” (JAGUARIBE, 1968, p. 63). Vale aqui uma larga citação para entendermos detalhadamente como o autor caracteriza cada um desses modelos:

O bismarckismo (...) é o modelo político que permite ao chefe do governo o exercício de uma arbitragem entre as diversas camadas sociais, baseada numa contabilidade nacional objetiva, que assegure a maior capacidade possível de investimento tolerável pela comunidade, regulando a participação de cada camada de acordo com sua capacidade política de reivindicação e assegurando aos empresários nacionais a liderança na promoção de desenvolvimento da (...) nação, de acordo com o programa traçado pelo Estado. O capitalismo de Estado é o modelo político que consiste em superar a crise social pela transferência dos empreendimentos privados para o Estado, da iniciativa e do controle, e pelo nivelamento acentuado da capacidade de consumo de todos os grupos sociais e indivíduos

(...). Finalmente o socialismo desenvolvimentista (...) corresponde a uma forma mais radical de capitalismo de Estado, que socializa os meios de produção e suprime a economia de mercado (JAGUARIBE, 1968, p. 63 e 65)

A isso acrescenta: “o conteúdo democrático dos regimes dedicados à promoção do desenvolvimento é determinado menos pelos ideais políticos dos protagonistas do que pelo grau de compatibilidade entre os objetivos perseguidos e a livre iniciativa dos agentes”; exemplo claro da predominância do desenvolvimento à questão política e social em seu raciocínio (JAGUARIBE, 1968, p. 64).

Não obstante isso, Jaguaribe destaca que a possibilidade da programação do desenvolvimento depende da “possibilidade de o poder público proceder, consistentemente, à elaboração e execução do plano”, superar a crise política, compatibilizar a validade do plano e a vigência do processo do poder, ser “representativo das expectativas sociais” (JAGUARIBE, 1968, p. 69). Uma vez que é exatamente o grau de representatividade que determina o grau de eficácia que a programação para o desenvolvimento tende a obter, deparamo-nos com um círculo vicioso: quanto menos desenvolvida a comunidade, mais ela necessita programar seu desenvolvimento, porém “menos provável será a implementação coerente dos planos adotados, tendo em vista a efetividade puramente temporária do poder” (JAGUARIBE, 1968, p. 72). No caso brasileiro, a despeito de possuímos um regime representativo, inexistente qualquer mediação política entre os cidadãos e seus representantes, há um intervalo entre vigência e validade do poder.

Como fugir a este círculo vicioso? Conforme o autor, “as alternativas possíveis que se abrem para a superação dos óbices políticos ao desenvolvimento são, igualmente, determinadas pela forma segundo a qual a comunidade logra superar sua crise social”; ou seja, se há predominância política da burguesia, das classes médias ou do conjunto especial de circunstâncias próprias ao socialismo (JAGUARIBE, 1968, p.78). A cada uma dessas alternativas Jaguaribe apresenta um modelo político específico, respectivamente: “o nacional-capitalismo, o capitalismo de Estado e o socialismo desenvolvimentista” (JAGUARIBE, 1968, p. 78). Modelos com “significação e alcance globais”, dependem da situação em que se encontra a comunidade nos planos econômico e cultural.

Qual caminho cabível ao Brasil? Sua resposta deixa entrever o amadurecimento do seu raciocínio, bem como o esforço em afastar qualquer alternativa golpista. Para o autor, na medida em que nos encontramos entre os países com razoável nível de desenvolvimento econômico, que atingiram ou se encaminham para atingir razoável nível de diferenciação econômica, e contamos com uma burguesia empresarial dinâmica e poderosa, o modelo

político mais apropriado para o seu desenvolvimento é o nacional-capitalismo (o bismarckianismo), por intermédio de um partido do desenvolvimento” (JAGUARIBE, 1968, p. 180). Comprometido com os interesses do empresariado e das massas, este partido é responsável por formular “uma ideologia desenvolvimentista nacional-capitalista, orientada para os grandes investimentos públicos e de base, para a produtividade do capital e do trabalho e, para a consolidação e o engrandecimento da nação” (JAGUARIBE, 1968, p. 79). Investindo contra as formas pré-capitalistas de economia em favor da equalização das oportunidades e do “máximo de bem-estar social compatível com as necessidades de investimento produtivo”, tal modelo demanda uma liderança de tipo neobismarckiano (JAGUARIBE, 1968, p. 79). Justamente o que teria representado o governo e a figura de Juscelino Kubistchek.

Para Jaguaribe, “a aliança PSD-PTB representou, de certa forma, esse partido do desenvolvimento, assim com a Presidência Kubitschek manifestou características neobismarckianas” (JAGUARIBE, 1968, p. 101). Responsável por instaurar o Plano de Metas - “esforço de programação do desenvolvimento do país orientado no sentido de criar ou expandir a oferta de bens e serviços de infraestrutura e de base”, – consolidou “o maior esforço de desenvolvimento econômico empreendido no Ocidente por um país subdesenvolvido” (JAGUARIBE, 1968, p. 180). Sem contar com apoio de qualquer entidade internacional, antes as contrariando, conforme o autor, o governo JK teve “extraordinário êxito em seu esforço de desenvolvimento, atingindo e ultrapassando quase todas as metas” (JAGUARIBE, 1968, p. 180). Mais à frente conclui: “ao que tudo indica foi vencida a barreira do desenvolvimento e o país projetado em processo de continuado crescimento” (JAGUARIBE, 1968, p. 181).

É, pois, visível o otimismo do autor. Mesmo no último capítulo do livro, quando analisa alguns problemas do desenvolvimento logrado pelo governo JK¹⁵, - Jaguaribe conclui:

[As] experiências e decisões dos últimos dez anos configuram uma doutrina e uma prática brasileiras do Estado, da economia, da programação e da democracia social. Essa doutrina e essa prática (...) apontam, inequivocamente, para certa direção: uma democracia social e nacional, programadamente orientada para o desenvolvimento, o bem-estar social e a crescente igualização das oportunidades, entre setores, regiões e pessoas, onde a propriedade privada dos meios de produção e a gestão privada dos empreendimentos são preservados na medida em que representem condições de eficiência econômica, onde o capital público tem a principal responsabilidade pela manutenção da taxa de investimentos, mas a gestão dos empreendimentos, ainda que públicos, tende a ser exercida de forma profissional, segundo critério e produtividade (JAGUARIBE, 1968, p. 213).

Consagrando o que denomina nacional-desenvolvimentismo – corrente ideológica que pressupõe “a promoção do desenvolvimento e a consolidação da nacionalidade, dois aspectos correlatos do mesmo processo emancipatório”, – teria como principal contribuição promover a decolagem econômica do Brasil (JAGUARIBE, 1968, p. 208).

Novamente, o autor parece associar a promoção do desenvolvimento econômico não só à resolução da crise nacional, mas à consolidação mesmo da democracia. Para Jaguaribe, por programar e executar “satisfatoriamente” tal programação, o governo JK deu um importante passo em sentido ao desenvolvimento da economia nacional e, por consequência (até porque o desenvolvimento seria global), à melhoria do país como um todo.

AGUISA DE CONCLUSÃO: O SENTIDO DO PRIMEIRO MOMENTO DE HÉLIO JAGUARIBE

O aqui exposto permite vislumbrar o importante peso que o contexto histórico exerceu sobre as formulações iniciais de Hélio Jaguaribe. Como já dito, não obstante o móvel do seu pensamento ter sido sempre a promoção do desenvolvimento econômico, a conjuntura dos anos 1950 colocou em pauta questões de ordem política e social não só no Brasil, mas em todo mundo. Isso explica porque seus primeiros trabalhos trazem um debate muito mais dilatado (sobretudo no que tange aos movimentos políticos processados entre 1953 e 1956) que os últimos. A nosso ver, à medida que tais litígios foram se resolvendo, se tornando menos explosivos, pôde o autor debruçar mais diretamente sobre a temática do desenvolvimento. Em outras palavras: o contexto de calma advindo da posse de Juscelino Kubitschek, somado ao lançamento do Plano de Metas em 1956, permitiu que Jaguaribe focalizasse sua análise nas medidas necessárias à consolidação do desenvolvimento. Daí os dois textos escritos após 1957, aqui analisados, trazerem uma análise muito mais restrita e técnica, consagrando, ao final, ideia de que uma vez promovido o desenvolvimento econômico, resolver-se-iam todos os problemas nacionais. São, pois os dilemas e desafios postos pelo contexto histórico específico que explicam o sentido da “evolução das ideias” de Jaguaribe.

Diferentemente, do que pressupõe muitos de seus críticos e do ISEB¹⁶, a nosso ver não se trata de uma opção deliberada deste para consagrar a dominação ideológica da burguesia, mas antes uma tentativa de responder a sua realidade objetiva. Vale lembrar que os dez anos que transcorreram entre o suicídio de Vargas e o golpe militar caracterizaram “um momento de crise estrutural da sociedade brasileira” (MARTINS, 2008, p. 2). O debate político-intelectual girou quase que exclusivamente em torno das questões do

desenvolvimento e do projeto de desenvolvimento não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

Dentro desse quadro os estudos realizados pela CEPAL e, no caso específico do Brasil, pelo BNDE, ganharam estatuto científico, assumindo grande importância “nas definições ideológicas, na articulação das relações de forças do período”, embora ainda tratasse de um debate puramente econômico, cujo objetivo principal era a industrialização (CARDOSO, 1975, p. 385). Somente no final dos anos 50 e 60 é que os fatores sociais (disparidade de ingresso no desenvolvimento, inflação, desigualdade) passaram a ser decisivos. Até lá o nacionalismo despontou como paradigma do desenvolvimento e o planejamento, até então restrito a uma elite estatal, passou a envolver quadros da sociedade civil e se orientar para dentro do aparelho de Estado. Isso explica a criação de diversas instituições no período (dentre elas o próprio ISEB), quer para a formação de quadros técnicos especializados ao exercício de determinadas atividades, quer para aprofundar os estudos dos problemas nacionais, racionalizar o Estado.

No Brasil essa agenda atingiu seu auge entre os anos 1956-1961, precisamente os anos do governo JK. De fato, o lançamento do Plano de Metas consagrou a incorporação da ideologia desenvolvimentista “à retórica oficial do governo” (BIELSCHIWSKY, 2004, p. 404). Era hora de implantar políticas econômicas concretas, adotar políticas de proteção substituindo importações, aprofundar a industrialização, sobretudo a de base, planejar o desenvolvimento econômico já que processo global. É, pois, este caldo cultural que explica porque, mesmo em face de uma arguta análise da situação brasileira, tocando desde questões econômicas a sociais e políticas Jaguaribe limitou-se, ao final, a prescrever medidas econômicas.

A nosso ver, longe de um conservadorismo, isso expressa a crença do autor na industrialização como processo transformador. A associação, bastante comum na época, entre as ideias de desenvolvimento e industrialização com a de progresso. É importante lembrar que se tratava de uma atmosfera de aparente euforia¹⁷, resultado dos altos índices de crescimento econômico alcançados pelo país, em que a perspectiva desenvolvimentista possuía como que ‘validade universal’.

Nesse sentido, Hélio Jaguaribe foi sim responsável por um diagnóstico bastante crítico da realidade brasileira no que tange aos fatos e movimentos políticos processados entre os anos de 1953 e 1956. Denunciando o baixo índice de renovação das elites dirigentes e o conteúdo reacionário e antinacional de que as mesmas se revestiam, bradou por uma aliança entre as classes progressistas, capaz de realizar “os pontos básicos de uma política pela emancipação nacional” (JAGUARIBE, 1955c, p. 49). Ao conclamar à burguesia

industrial e a *intelligentsia* para a realização imediata de um trabalho ideológico no país, o fez por acreditar ser este um veículo à conscientização da classe média e do proletariado.

É importante, porém lembrar que se nos anos 1950 a agenda temática dos anos 1950 girou, quase que exclusivamente, em torno dos questionamentos sobre o atraso e sobre as possibilidades de desenvolvimento da sociedade brasileira, ao final desta década os efeitos perversos do nacional-desenvolvimentismo – crise econômica e social expressa nas implicações da migração campo-cidade, aumento das taxas de inflação, reafirmação das desigualdades regionais e sociais e pressão do balanço de pagamentos – fizeram desvanecer o otimismo com o nacional-desenvolvimentismo. Tanto o desenvolvimentismo de JK foi revisto e questionado, como se processou um reexame das teses marxistas, uma renovação da esquerda no Brasil. Conceitos como classe, conflito social, revolução social passaram a integrar grande parte das interpretações progressistas do momento, incluindo as da última fase do ISEB¹⁸.

Jaguaribe, por sua vez, não apenas manteve como aprofundou seu economicismo. Se no livro de 1958, ao repensar o nacional-desenvolvimentismo o autor priorizou o segundo ao primeiro, em claro compasso com a política econômica então vigente, no texto de 1962, relançado (sem grandes alterações) em 1968, o autor aparentemente ignorou o novo contexto. Jaguaribe estava então imerso num ambiente de profunda instabilidade política e de queda do PNB (Produto Nacional Bruto), que dava a entender que a longa fase de crescimento chegara ao seu fim.

Conquanto patente que o modelo de desenvolvimento até então processado não fora capaz de superar as desigualdades (era antes concentrador de renda), bem como aprofundara a situação de dependência do país, Jaguaribe insistiu em investigar as condições políticas e sociais necessárias à satisfatória programação do desenvolvimento econômico. Ao, em 1962, ainda crer que o desenvolvimento econômico era a questão chave do seu tempo, porta de entrada a transformações políticas e sociais, e reiterar a demanda pela formulação de uma ideologia desenvolvimentista, o autor ignorou as mudanças de contexto. Recusou-se a ver os limites do desenvolvimentismo, a nova estrutura social, a luta de classes que então despontava, insistindo em clamar por uma liderança de tipo neobismarckiano. Perde o bonde da história, consagrando, ao final, uma perspectiva no mínimo técnica.

Logo, se nos anos 1950 é a correspondência de suas ideias com o contexto do seu tempo que confere ao pensamento de Hélio Jaguaribe um caráter progressista, nos anos 1960 é justamente por dissociar-se deste, ignorando o que a história revelara, que seu pensamento se mostra conservador.

Notas

¹ Bresser-Pereira (2000, p. 237) distingue três momentos na obra de Hélio Jaguaribe: o momento do desenvolvimento, nos anos 1940 e 1950; “o momento da democracia ou da liberdade, quando nos anos 1970, a redemocratização do país torna-se a meta principal a ser atingida; e o momento da social democracia ou igualdade, quando recuperando a liberdade, coloca-se o problema das igualdades, não apenas jurídica, mas real”.

² Me refiro aí aos intelectuais que integravam o ISEB. Nascido inicialmente como Instituto Brasileiro de Sociologia e Política (IBESP), reunido em torno dos intelectuais mormente cariocas, transforma-se em julho de 1955 no Instituto Superior de Estudos Brasileiros, órgão financiado pelo Ministério da Educação e Cultura. Tinha a função formal de promover cursos avulsos, conferências e publicações, ao passo que se pretendia um laboratório de pesquisa da realidade brasileira.

³ É importante destacar que recepção das ideias mannheimianas pelos intelectuais brasileiros significou atribuir um papel histórico às ciências, sobretudo à sociologia, no sentido de distinguir tendências tradicionais e modernas. “Acreditava-se na necessidade de influir/ intervir nas mais diversas esferas da vida social, no sentido de torná-las mais modernas, racionais e rentáveis” (VILLAS BOAS, 2002, p. 138).

⁴ Revista editada pelo IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política) entre 1953 e 1956, publicava os textos de seus encontros e discussões. Combinando artigos de interpretação econômica, sociológica, política e cultural do Brasil com a análise dos fenômenos do seu tempo acabou por consolidar um amplo diagnóstico do país, mesmo contando com apenas com cinco números.

Faz-se importante destacar que em muitos dos artigos desta revista a autoria não está declarada, o autor não é identificado pois, como aponta Cristina Buarque de Hollanda, os *Cadernos* consistiam em uma produção coletiva, “autores e indivíduos diluem-se em projeto coletivo” do IBESP (HOLLANDA, 2012, p. 610). Ainda assim, pelo linguajar, termos e temas utilizados, combinado ao fato de ser Hélio Jaguaribe o editor da revista, pode-se “com alguma segurança” atribuir-lhe a autoria de determinados textos – tais como editorial / apresentação e estudos. Os artigos em que essa autoria está subentendida e não declarada têm o título seguido de um asterisco (*) na bibliografia.

⁵ Vivenciava-se aí um contexto de reconstrução do capitalismo mundial dentro de um quadro de Guerra Fria, pautado na crise do liberalismo e na ascensão do keynesianismo, assim como relativo afrouxamento do regime soviético após a morte de Stalin em 1953.

⁶ Jaguaribe bebe aí das teses consagradas no Manifesto de Prebisch de 1949 que, recusando as teses da teoria ortodoxa, aponta para a disparidade de condições a partir das quais os países centrais e periféricos se inserem no mercado internacional.

⁷ Embora citado aqui, é somente no livro *Condições institucionais ao desenvolvimento* que Jaguaribe deixa claro o que entende por política de clientela. Conforme o autor, trata-se da política surgida com a urbanização brasileira responsável por gerar uma nova classe: a classe média. Uma vez que o processo produtivo brasileiro apresentava uma relação de classes bastante simples – resumia-se em classe dominante dos fazendeiros e/ou burguesia mercantil e classe dominada do campesinato, – esta classe estava deslocada do processo produtivo. Isto fez com que se organizassem clientelas em torno das fazendas, sendo posteriormente consolidadas e homologadas pelo regime federativo via prática do voto de favor, barganhado pelo emprego de favor (JAGUARIBE, 1958).

⁸ Aqui também falta uma explicação do que seria o Estado Cartorial. Em *Condições institucionais de desenvolvimento* Jaguaribe afirma: o Estado Cartorial é “produto da política de clientela e, ao mesmo tempo, o instrumento que a exerce e a conserva” por meio do oferecimento de cargos no serviço público. Ao subsidiar as clientelas e envolver a classe média marginal, converte-se em uma “pirâmide infinita de cargos” cuja única função é se auto sustentar através da arrecadação (JAGUARIBE, 1958, p. 22).

⁹ Refere-se aí aos movimentos que se constituem sob a bandeira da recuperação moral da política, o suicídio de Vargas em 1954 e eleição de Juscelino Kubitschek em 1955. Vale lembrar que o ano de 1954 até a posse de Juscelino em 1956 foi um período de grande instabilidade política no país. Nesse curto período alternaram-se campanha moralista, reação popular ao suicídio de Getúlio Vargas e tentativas de golpe de Estado por setores das Forças Armada e UDN de modo a inviabilizar a posse dos candidatos eleitos (Juscelino Kubitschek e João Goulart).

Conforme o autor o moralismo tratou de um movimento tipicamente da pequena burguesia. Produto da situação econômica do país (desvalorização dos ordenados e aumento do custo de vida) somado à política praticada por Vargas, apontava para a inautenticidade do governo sem, porém, aprofundar até suas causas e condições. (JAGUARIBE, 1954d, p. 06). O Golpe de Agosto (deposição e consequente suicídio de Vargas) expressaria a crise dessa pequena burguesia que, “tendo perdido a possibilidade de dar uma solução própria ao processo político-social do país, aderiu à ideologia e submeteu-se à liderança da burguesia mercantil” (JAGUARIBE, 1955c, p. 34). Por fim, a eleição presidencial de 1956 assinalou um

retorno às linhas mestras do quadro político-social do governo Vargas, com a diferença de que o debate, agora, se transferiu para o plano “ideológico programático” (JAGUARIBE, 1955a, p. 06).

¹⁰ Tais fases correspondem, respectivamente, aos seguintes contextos: 1) início do governo JK acompanhado de certo apaziguamento das forças em disputa; lançamento do Plano de Metas seguido da instauração da administração paralela fundamental à execução do mesmo; 2) auge das conquistas do Plano de Metas, consolidando nacionalmente a opção pelo desenvolvimento associado; 3) final do governo JK até o início do governo Jango; quadro econômico de inflação crescente, acompanhado do aumento das tensões sociais e políticas (CPDOC, s/d).

¹¹ Conforme o autor, temos um nacionalismo cultural ligado ao movimento modernista, um econômico expresso no movimento “o Petróleo é nosso”, e outro político identificado com as exigências de democracia e justiça social internamente e com a adoção de uma linha neutralista externamente (JAGUARIBE, 1958B).

¹² É importante destacar que foi a publicação desse livro que levou à crise do ISEB e consequente saída de Jaguaribe do instituto. Considerado um “livro dos trustes estrangeiros”, por opor nacionalismo de meios ao nacionalismo de fins e legitimar a utilização de capital estrangeiro à promoção do desenvolvimento nacional, tornou patente a divisão do instituto entre os partidários de um “ISEB acadêmico” e aqueles favoráveis a um “ISEB mais ativista” (PEREIRA, 2002, p. 153).

¹³ O governo Kubitschek foi marcado por grandes projetos, principalmente no que se refere à industrialização. Procurando atrair tecnologia e capital, JK eliminou barreiras protecionistas oferecendo vantagens (reserva de mercado para seus produtos, facilidade de remessa de lucros para o exterior, baixa tributação da importação de maquinário industrial) a multinacionais que desejassem se instalar no país, principalmente indústrias de bens de consumo (destaque para a indústria automobilística). Além disso a aliança entre o PSD e PTB dois dos maiores partidos políticos do Brasil garantiu-lhe estabilidade política necessária: atendia as expectativas da elite agrária ao mesmo tempo em que ampliava o mercado de trabalho nas áreas urbanas.

¹⁴ Sistema Bismarckiano é o nome que se dá para a política externa do chanceler alemão Otto von Bismarck entre 1871 e 1890 que culminou na fundação do Império Alemão. Procurando manter a estabilidade social e o progresso, Bismarck consolidou uma espécie de reformismo conservador cujo Executivo forte tinha capacidade de aglutinar as classes sociais. Nesse sentido, “desenvolvimento bismarckiano” expressa o desenvolvimento engendrado através do condicionamento da economia pelo Estado sob várias maneiras de dirigismo.

Hélio Jaguaribe, por sua vez, utiliza o termo bismarckianismo para diferenciar “desenvolvimento espontâneo” de “desenvolvimento programado”. Por entender que historicamente o desenvolvimento programado como característica básica do processo histórico dos países subdesenvolvidos, essencialmente após a Segunda Guerra Mundial, pressupõe como “neobismarckiano” todo desenvolvimento que utilize da racionalidade técnica (seja em regimes autoritários ou democráticos, socialistas ou liberais) e da arbitragem do Estado no processo real de desenvolvimento político e social. Logo, é o esforço do Estado em planejar e em mediar as diferentes forças e classes sociais em sentido ao desenvolvimento econômico que o torna o bismarckiano (SILVA, 2005).

¹⁵ Tais como o fato de este não se manifestar de forma homogênea em todos os setores da economia ou nas diferentes regiões do país; aprofundar “a falta de representatividade das agências e dos processos políticos”; agravar a “falha de autenticidade e de funcionalidade dos órgãos do Estado e de seu atos” (JAGUARIBE, 1968, p. 192).

¹⁶ Refiro-me aqui às críticas de Caio Navarro Toledo (1982) e Maria Sylvia Carvalho Franco (1978) que pressupõem o ISEB enquanto responsável por forjar uma ideologia, a ideologia do desenvolvimento econômico-social. Segundo eles, por silenciar sobre as relações de produção, os conflitos de classe, em favor do conflito classe produtiva *versus* improdutiva, Nação *versus* antinação Jaguaribe e o ISEB propagaram a ilusão de que os benefícios do desenvolvimento se repartiriam de forma igual pela sociedade. Consagraram, ao final, “a dominação ideológica da burguesia moderna”, a realização da hegemonia econômica e política da burguesia industrial (FRANCO, 1978, p. 197).

De modo semelhante, e referindo ao pensamento de Hélio Jaguaribe, Octavio Ianni entende que o que se buscava com o modelo do neobismarckianismo ou nacional- desenvolvimentismo era “o desenvolvimento acelerado do Estado privado nacional e estrangeiro”. Isso, por sua vez, significou o comprometimento crescente do Estado com o capital monopolista, com as forças burguesas e conservadoras nacionais o que teria criado condições para o Golpe militar de 1964 (IANNI, 1984, p. 61).

¹⁷ Utilizamos a palavra aparente, pois já em 1958 observava-se o agravamento da situação inflacionária (de 7% em 1956, pula para 24,3% em 1958), consequência direta das estratégias de financiamento do ambicioso Plano de Metas – teve como principais fontes: o capital estrangeiro atraído por uma política cambial favorável, o que agravava ainda mais a situação do balanço de pagamentos nacional, e os investimentos públicos obtidos a partir da emissão de papel-moeda.

¹⁸ Ao longo dos nove anos de existência de ISEB é possível distinguir três fases: uma primeira de 1955 a 1958 sob orientação de Hélio Jaguaribe, uma segunda de 1959 a 1962 sob a direção pessoal de Roland Corbisier, e a última de 1962 até o fechamento do instituto em 1964, quando a figura de Álvaro Vieira Pinto ganha destaque. Conforme Toledo, enquanto a primeira fase “se caracteriza pela manifestação de posições ideológicas extremamente ecléticas e conflitantes”, a segunda “corresponderia àquele [momento] onde a ideologia nacional-desenvolvimentista é hegemônica no interior do ISEB” e a terceira ao “movimento político pelas Reformas de Base” (1982, p. 187. Grifos no original).

Referências

- BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BITTENCOURT, A. 2011. *O Brasil e suas diferenças: uma leitura genética de Populações meridionais do Brasil*. 171 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro.
- BRESSER PEREIRA, L.C. Os três momentos de Hélio Jaguaribe. In: VENANCIO FILHO, A. (org). *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CARDOSO, M.L. *Ideologia do desenvolvimento*. Brasil: JK-JQ. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- DRAIBE, S. *Rumos e metamorfoses*. Estado e industrialização no Brasil 1930/1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1985.
- FRANCO, M.S.C. O tempo das ilusões. In: CHAUI, M. (org). *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- BUARQUE HOLLANDA, C. Os Cadernos do Nosso Tempo e o interesse nacional. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 55, nº3, pp. 607-640, 2012.
- JAGUARIBE, H. Que é filosofia? *Revista brasileira de Filosofia*, n. 1, pp. 165-181, 1951.
- JAGUARIBE, H. Apresentação. *Cadernos do Nosso Tempo*, n.1, pp. 1-2, 1953a.
- JAGUARIBE, H.. A crise brasileira. *Cadernos do Nosso Tempo*, n. 1, pp. 120-160, 1953b.
- JAGUARIBE, H. A crise do nosso tempo e do Brasil*. *Cadernos do Nosso Tempo*, nº 2, pp.01-17, 1954a.
- JAGUARIBE, H. O legado político de Vargas e as possibilidades de sua potencialização ideológica. *Cadernos do Nosso Tempo*, n. 3, pp. 49-56, 1955a.
- JAGUARIBE, H. Situação política brasileira. *Cadernos do Nosso Tempo*, n. 2, pp.101-122, 1954b.
- JAGUARIBE, H. A Crise da Universidade. *Revista brasileira de Filosofia*, n. 4, pp 16-34. 1954c.
- JAGUARIBE, H. A sucessão presidencial. *Cadernos do Nosso Tempo*, n. 4, pp. 01-23, 1955a.
- JAGUARIBE, H. Situação atual do Brasil. *Revista do Clube Militar*, n. 135, pp. 5-12, 1955b.
- JAGUARIBE, H. Para uma política nacional de desenvolvimento. *Cadernos do Nosso Tempo*, n. 5, 47-188. pp. 1956a.
- JAGUARIBE, H. *O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional*. São Paulo: Coleção Fórum Roberto Simonsen, 1956b.
- JAGUARIBE, H. *A filosofia no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.
- JAGUARIBE, H. *Condições institucionais ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958a.
- JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958b.
- JAGUARIBE, H. Sucinta análise do nacionalismo brasileiro. *Revista do Clube Militar*, n. 147, pp. 11-14, 1959.
- JAGUARIBE, H. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

JAGUARIBE, H. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

JAGUARIBE, H. Breve notícia sobre a própria obra. VENANCIO FILHO (org). *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LAFFER, C. Uma análise da trajetória e do perfil intelectual de Hélio Jaguaribe. In: VENANCIO FILHO, A. (org). *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARTINS, T. G. 2008. *Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate*.

230 f. Tese de doutorado (Doutorado em Sociologia) – IFCH, Unicamp, Campinas.

PAIVA, V. *Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

PEREIRA, A. E. *O ISEB na perspectiva do seu tempo*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – FFLCH, USP, São Paulo, 2002.

TOLEDO, C. N. *ISEB: Fábrica de Ideologias*. São Paulo: Ática, 1982.

VENANCIO FILHO, A. (org). *Estudos em homenagem a Hélio Jaguaribe*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

